

CONSCIÊNCIA DE CLASSE

PUBLICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO EMANCIPAÇÃO SOCIALISTA

Visite nossas redes sociais: @emancipacaosocialista

Nº 40 ago-set/2026



CONTRA A EXTREMA-DIREITA E O NEOLIBERALISMO PETISTA



**VOTE EM UMA DAS CANDIDATURAS DA
ESQUERDA ANTICAPITALISTA (PSTU, PCB ou UP)**

2-3 | EDITORIAL

4-5 | NOSSA POSIÇÃO ELEITORAL

6 | COPA DO MUNDO, RACISMO E BET'S

7 | 40 ANOS DA PERESTROIKA

O MUNDO SEGUE POLARIZADO E PERIGOSO, MAS COM ESPAÇO PARA AS LUTAS DOS TRABALHADORES

A longa Copa de 2026, para os milionários, acabou no mês de julho e não conseguiu deixar de ser um espelho dos aspectos centrais da sociedade global contemporânea: foi acompanhada por incêndios florestais, xenofobia, racismo, ou seja, um retrato do mundo de hoje.

Observar muito além dos gramados, significa entender que o mundo segue em uma polarização intensa e em um clima de contradições exacerbadas entre os Estados Nacionais, mas também nos alicerces da estrutura capitalista da sociedade global.

Nos EUA, Donald Trump ampliou o unilateralismo e as ações militares. Comparado ao seu primeiro governo, incluiu a permanente escalada de tensões desde o sequestro de Maduro na Venezuela, algo que marcou uma intervenção militar direta na América do Sul, e o acirramento de conflitos no Oriente Médio com destaque ao Irã, Líbano e o genocídio na Palestina.

O conflito ao redor do Estreito de Ormuz e sobre a soberania iraniana oscilam entre um cessar-fogo falacioso e novas investidas militares, bombardeios e as ameaças imperialistas. Trump não aceita, ao fim e ao cabo, não ter alcançado (ainda) uma vitória plena na região.

No aspecto econômico esse governo se vangloria de investir os recursos dos tarifas internamente, cerca de 19 trilhões de dólares, o que possibilitaria, conforme afirma um período de pleno emprego na sociedade estadunidense.

Este é o cenário da narrativa trumpista, mas são percebidas importantes resistências às políticas implementadas pelo líder imperialista. O unilateralismo e o intervencionismo, sob o lema

“Make America Great Again”, combinam práticas agressivas e um protecionismo econômico reacionário, pois protegem e remuneram parcelas do grande capital internacional - especificamente estadunidense- e não os interesses de países periféricos do sistema. Ao mesmo tempo, a expansão da extrema-direita na América do Sul é concreta.

E a partir de recentes vitórias eleitorais na Colômbia e Peru assumiu uma hegemonia jamais vista no continente. Isso não significa, assim tem ocorrido, que mudanças estruturais e permanentes tenham ocorrido nos regimes políticos em cada país, mas certamente as gestões alinhadas à extrema-direita têm em comum os objetivos de retirar direitos dos trabalhadores e oprimidos, encarcerar e/ou fuzilar os mais pobres, acirrar a guerra às drogas e batalhar pela ampliação dos lucros dos grandes capitalistas. De qualquer forma, o obscurantismo avança na região.

A polarização e instabilidade globais também atingem o continente africano, historicamente espoliado e fragmentado pelas políticas dos países colonialistas e imperialistas. Os maiores conflitos em andamento no continente concentram-se no Sudão e na República Democrática do Congo e têm como pano de fundo as disputas políticas e o controle de recursos minerais, um tema crucial e de interesse global.

No Sudão, o conflito iniciado em 2023 - entre as Forças Armadas e o grupo paramilitar ‘Forças de Apoio Rápido’ - é considerado



pela ONU como a maior crise humanitária na atualidade. Já são dezenas de milhares de mortos, além do deslocamento forçado de mais de 14 milhões de pessoas, drama humanitário gravíssimo para africanos, palestinos, dentre outros povos.

As possibilidades das lutas

Quando vivemos polarizações políticas e sociais, mesmo em situações defensivas ou reacionárias, um dos aspectos deste contexto é o surgimento de possibilidades reais de lutas dos trabalhadores e oprimidos. Exemplos não nos faltam: citamos a mobilização popular estadunidense “No Kings” e, em especial, o recente levante boliviano.

A primeira (traduzida como “Sem Reis”) foi marcada por uma onda de manifestações em várias cidades contra o governo Trump, estima-se que ocorreram cerca de 3.300 atos em todos os 50 estados norte-americanos de forma simultânea. Milhões de pessoas criticaram as medidas autoritárias, as políticas migratórias, os abusos da polícia trumpista ICE, os cortes de verbas na Educação e o envolvimento na guerra no Irã.⁽¹⁾

Na Bolívia, amplos protestos ocorreram entre abril e junho e foram mobilizações agudas, ocupação de estradas, greves e paralisações. Após importante impasse, houve um “acordo” entre o governo Rodrigo Paz,

de extrema-direita, e a Central Operária Boliviana (COB), o que não impediu a decretação de ‘estado de emergência’.

Neste cenário repressivo ocorreu a desobstrução das rodovias e o reabastecimento das cidades voltou a normalidade. Paz se comprometeu genericamente a não privatizar empresas estatais e “não criminalizar os protestos”. Apesar da retórica, o estado de emergência permitiu a atuação conjunta das Forças Armadas e da Polícia para reprimir aqueles que não aderiram imediatamente ao acordo entre governo e COB.

Diante de tal pressão, os movimentos sociais -em boa medida ligados ao ex-presidente da Bolívia Evo Morales -anunciaram uma suspensão temporária dos bloqueios que ainda persistiam. Tal onda de mobilizações, situação potencialmente revolucionária, foi motivada pela grave crise econômica que o país enfrenta, agravada pelas medidas ultraliberais do governo Paz.

Embora a situação tenha aparentemente se estabilizado, nada garante que a polarização boliviana tenha se esgotado. A história de resistência indígena, camponesa, operária e popular deste país permite imaginar exatamente o contrário disso.

O elemento subjetivo, a polarização e a alternativa socialista

Um dos limites importantes que

temos apontado nas possibilidades e lutas e transformações ‘pela esquerda’ está no elemento subjetivo, ou seja, a consciência de classe, a vontade política organizada e as estruturas organizativas que surgem daí.

A alternativa socialista pela qual dedicamos nossa militância pode surgir e depende, em boa medida, da superação e qualificação do elemento subjetivo. Dito de outra forma, precisamos de organizações, lideranças e da força das massas da classe trabalhadora que queiram ir além, até o limite das possibilidades políticas e sociais. A indignação frequente e cotidiana -muitas vezes utilizada pela extrema-direita- pode se levantar pela esquerda, numa perspectiva socialista e emancipatória a partir evidentemente das pautas sentidas no dia a dia, na luta pelo pão, por trabalho, estudo digno e contra as opressões.

Lutamos por muitas questões, mas a estratégia revolucionária básica é contribuir para que a classe trabalhadora e os oprimidos compreendam suas posições na atual pirâmide social como classe (“consciência para si”, para os marxistas) e, assim, se organizem politicamente para superar as velhas organizações, a ‘velha forma de entender a vida’ e as estruturas tradicionais. Com isso, por exemplo, a COB não faria o acordo nefasto que retardou e paralisou a luta boliviana.

Sem esse forte elemento subjetivo por uma luta coerente e de classe, as crises sistêmicas do capitalismo seguem ocorrendo, bem como importantes revoltas populares, mas tendem a ser limitadas e se esgotarem ‘no meio do caminho’. A luta pelo socialismo nos traz o grande desafio de não estacionar nem congelar as mobilizações.



As eleições e a unidade anticapitalista no Brasil

O processo eleitoral de 2026 poderia ser uma oportunidade para a esquerda anticapitalista se colocar como uma alternativa real para a classe trabalhadora. Essa é a nossa batalha e militaremos por ela nos próximos meses, mas, lamentavelmente, os partidos legalizados (PSTU, UP e PCB) não toparam conformar um bloco anticapitalista, algo que defendemos até as convenções se encerrarem em agosto.

Seguiremos lutando, junto com os/as camaradas do MFSR (Movimento pela Frente Socialista Revolucionária) por uma maior aproximação e articulação entre os grupos socialistas e anticapitalistas visando a unidade, a construção das lutas e o enfrentamento a este limite subjetivo histórico.

Nas eleições de outubro, vamos indicar o voto nas candidaturas anticapitalistas (UP, PCB ou PSTU) de ‘cabo a rabo’, bem como votar em lutadores/as com perfis combativos e ligados às lutas que descrevemos aqui.

Nenhum de nós é suficiente sozinho, mesmo as organizações com dezenas de militantes não se bastam sozinhas e, também por isso, militamos pela maior unidade possível na luta da esquerda anticapitalista e revolucionária.

Convidamos você a juntar-se a essa perspectiva!

⁽¹⁾ O ICE (Immigration and Customs Enforcement) é o Serviço de Imigração e Alfândega dos Estados Unidos criado em 2003 pelo governo Bush. É responsável por aplicar as leis de imigração, incluindo a detenção e deportação de “imigrantes indocumentados”. No governo Trump, foi ampliado para enfrentar a imigração, uma das pautas centrais do trumpismo e o efetivo da corporação e o seu orçamento anual foram dobrados. O ‘modus operandi’ inclui ações agressivas, operações em locais públicos, prisões em residências sem mandados judiciais e uma longa lista de abusos. Vários casos de violência, incluindo mortes de imigrantes em abordagens além de “erros e excessos”, desencadearam protestos no país.

VOTE EM UMA DAS CANDIDATURAS ANTICAPITALISTAS (PCB, PSTU ou UP)

A luta entre as classes sociais se acirra. As burguesias de extrema-direita têm um projeto que defende abertamente as ditaduras e seus métodos de torturas e chacinas, em algumas nações, contra os povos e para aumentar a exploração.

Esta realidade ocorre por todo o mundo, tem intensas investidas dos governos imperialistas sobre a América Latina e nossas lutas também necessitam ter caráter internacional. A invasão na Venezuela, as bases militares dos Estados Unidos na Colômbia e no Paraguai são algumas expressões da ofensiva estadunidense para impor o retorno da Doutrina Monroe.

Em contrapartida, em maio, tivemos na Bolívia a maior revolta da última década em que indígenas e a classe trabalhadora de conjunto foram às ruas, fecharam estradas e realizaram a maior greve geral na América Latina. Essa luta foi contra as políticas de extrema-direita do Rodrigo Paz.

No Brasil, os povos indígenas no Pará ocuparam a empresa Cargill e a luta vitoriosa foi também em oposição ao imperialismo estadunidense. As lutas pelo fim da escala 6x1, as greves de profissionais da Educação federal, rodoviários/RJ e ferroviários/SP expressam uma resposta à ofensiva da burguesia que retira direitos conquistados pelos trabalhadores.

Eleições burguesas e classe trabalhadora

Sabemos que nenhuma eleição burguesa muda a estrutura da sociedade e somente com a luta da classe trabalhadora organizada podemos melhorar as condições de vida, sob o capitalismo, da população explorada e oprimida.

Não tem como “bem administrar” o capitalismo, como

afirma a maioria dos candidatos, pois para esse sistema continuar precisa de mais fome, miséria, guerras e genocídios.

Nesse sentido, nós da Emancipação Socialista, lutamos pelo fim desse sistema e pela construção do socialismo. Aproveitando o processo eleitoral burguês para denunciar e reafirmar com todas as letras que não temos saídas para os graves problemas, no Brasil e no mundo, que não seja pela destruição do capitalismo.

Governos da extrema-direita impõem mais retrocessos

Os governos imperialistas e seus representantes (como o bolsonarismo no Brasil) têm investido nas eleições com o objetivo de influenciar nos resultados. Um exemplo é o tarifaço aplicado no Brasil, com a articulação entre a família Bolsonaro e Trump, onde os Estados Unidos não poupam esforços para intervir no destino do país. Zema, Caiado e Renan Santos tentam ser hipóteses novas, mas de inovadoras não têm nada.

Na vizinha Argentina o presidente Milei, da extrema-direita e capacho do imperialismo, segue o caminho ditado por Trump como explicitou no discurso ao lado de Flávio Bolsonaro (final de julho).

Essa realidade tem aspectos que unificam parcelas da classe dominante: o projeto de subordinação do país ao imperialismo ianque para aprofundar as condições primário-exportadoras da economia; a tomada do controle sobre as nossas riquezas e infraestruturas estratégicas por um punhado de grandes empresários privados e corporações internacionais, não pelo setor público.



Governo do PT é da/para a burguesia

Parte de uma dita “esquerda” parlamentar analisa que PT, PSOL e o PCdoB se apresentam como contraponto ao entreguismo explícito da extrema-direita. No entanto, são cúmplices na aplicação da política neoliberal pelo Governo Federal. E trazem, mais uma vez, o velho Programa que busca conciliar as classes sociais, ou seja, riqueza para poucos e pobreza para muitos.

Após anos de governos do PT, confirmamos que a política de colocar lado a lado os interesses dos trabalhadores com os dos grandes empresários e banqueiros resulta: a) no aumento da riqueza da burguesia e da pobreza de parcelas da classe trabalhadora; b) na intensificação do desemprego, da precarização, dos cortes de direitos, dos cortes de verbas públicas, etc. para não reduzir os altos lucros dos bancos, grandes corporações e do agronegócio; c) em uma política econômica que privilegia o pagamento da dívida pública (82% do PIB) em detrimento dos serviços públicos com intensos cortes de verbas da Saúde e da Educação.

Entendemos que essa política não resolve os problemas estruturais; não enfrenta a extrema-direita; também não enfrenta os interesses da “burguesia de direita” e do chamado “Centrão”, seus representantes no Congresso Nacional. Um exemplo é a enrolação para votar o fim da criminosa escala 6x1. O governo acordou com o senador Davi Alcolumbre

que o PL será encaminhado para as comissões, mas não há nada concreto de quando - e se- vão votar no Plenário do Senado e virar lei.

Por sua vez, o PSOL que parecia mais à esquerda para muitos ativistas está coligado com o PT e com um projeto semelhante de alianças com partidos da burguesia.

Ao não lutar por uma ruptura com esse sistema, prioriza no dia-a-dia a disputa meramente eleitoral. E entra para a história como mais uma tentativa de administrar o capitalismo com pequenas Reformas. Isso foi uma “utopia reacionária”, mas diante de tantas contradições se tornou uma fraude política, pois, sem um projeto de ruptura com o sistema capitalista, o caminho do PSOL é reproduzir as tentativas de conciliar interesses opostos e como tem feito o governo do PT para a burguesia.

Esquerda anticapitalista unificada, alternativa possível para construir a revolução

A queda ou o aumento da taxa de lucros é usada pelos governos da burguesia, grandes empresários e banqueiros para intensificar a exploração. Mas, para nós da classe trabalhadora, a principal e mais urgente tarefa é acabar com a exploração de uma classe sobre a outra e fortalecer o projeto socialista de sociedade.

Não podemos ficar à mercê da armadilha de polarização entre a extrema-direita e o neoliberalismo petista. Os governos da/para burguesia apresentam diferenças no regime democrático burguês e nos níveis de retrocessos, mas defendem o mesmo sistema de exploração.

Uma alternativa a tudo isso é a unidade da esquerda anticapitalista com a classe trabalhadora de conjunto em cada local de trabalho, estudo e moradia para construirmos mobilizações para além das eleições,

enfim, para processos de lutas que alcancem a consciência de classe rumo a movimentos de massas de trabalhadores e juventude.

Nesse sentido, indicamos o voto nos partidos da Esquerda Anticapitalista: PSTU, do PCB e da UP. Lamentamos que, por sectarismo das direções desses partidos, não estejam unificados com uma única candidatura quando essa política é possível e urgente.

Reconhecemos essas candidaturas (para todos os cargos) como de trabalhadores da cidade, do campo, operários, negros, mulheres e LGBTs, que defendem um programa socialista contra a exploração, todas as formas de opressão e repressão. Reafirmamos a necessidade de que classe trabalhadora governe através de Conselhos Populares. E somente a esquerda anticapitalista e socialista unificada pode fazer a disputa ideológica, derrotar a extrema-direita e o projeto neoliberal do governo da/para a burguesia.

Portanto, indicamos o voto em candidaturas da esquerda anticapitalista, particularmente, no Rio de Janeiro para Deputada Federal a Professora Bárbara Sinedino (nº 1660 - CST) e no Pará para Deputado Federal o Eduardo Rodrigues (nº 1600 – Movimento Socialista Independente). Ambas com a legenda PSTU.

É urgente derrotar o bolsonarismo lambe-botas de Trump, mas isso exige um Programa de Governo que vá à raiz dos problemas econômicos, sociais e políticos do país. O governo Lula apenas administra o capitalismo no Brasil sem resolver os problemas estruturais, como a desindustrialização, a espoliação das riquezas naturais por grandes corporações e o colapso ambiental.

Precisamos enfrentar o desafio



histórico de superar a burguesia com um Programa único do conjunto da classe trabalhadora que enfrente diretamente o imperialismo, a extrema-direita bolsonarista (e “genérica”), a Frente Ampla chefiada pelo PT e o capital.

Diante disso tudo, um dos objetivos da Emancipação Socialista é se valer desse processo para fortalecer a unidade da esquerda anticapitalista na construção das lutas contra os ataques da burguesia, que estão ocorrendo e os que virão.

➤ Fim da jornada 6x1 com redução da jornada para 36 horas, sem redução salarial para todos os trabalhadores!

➤ Salário mínimo de acordo com o DIEESE!

➤ Anulação das reformas trabalhista e previdenciária!

➤ Taxação das grandes fortunas e dos bens de luxo (iate, aeronave, etc.)!

➤ Não pagamento da dívida pública!

➤ Reforma urbana, nenhum imóvel desocupado, nenhuma família sem um lar!

➤ Fim do latifúndio e do agronegócio: Reforma agrária sob controle dos trabalhadores;

➤ O capitalismo é a causa do colapso ambiental: punição a todas as empresas poluidoras; fim do desmatamento e garimpo ilegal;

➤ Contra o marco temporal, demarcação de todos os territórios indígenas e reconhecimento das terras quilombolas e nenhuma indenização aos invasores!

➤ Fim das emendas PIX e secreta (servem para a corrupção) e que a população trabalhadora controle o orçamento público.

A COPA DE 2026 E SEUS HORRORES

A Copa do Mundo de 2026 revelou contradições profundas. Para a classe trabalhadora, esta edição carrega marcas preocupantes: o avanço da extrema-direita sobre o espaço esportivo, o crescimento desenfreado das apostas, transformando o futebol em um grande negócio, e o racismo.

O primeiro ponto é a forte presença da extrema-direita, expressa pelo trumpismo e por uma política de ataques às soberanias nacionais. A FIFA, ao permitir essa influência, acaba se rendendo a interesses políticos que utilizam o esporte como instrumento de disputa e controle.

Os episódios envolvendo seleções e atletas demonstram como essas pressões ultrapassam o campo de jogo. Restrições, conflitos e decisões políticas passaram a interferir diretamente na participação de equipes e jogadores, mostrando que a Copa não está isolada das disputas do mundo real. É importante lembrar que o árbitro Omar Artan, da Somália, foi impedido de entrar em território estadunidense. Além da anulação de um cartão vermelho dado a um atleta da seleção dos EUA, a pedido de Trump. O futebol acaba sendo atravessado por interesses que atacam direitos e liberdades.

A ilusão das bets entrou em campo

O segundo problema é a presença massiva das chamadas bets, as empresas de apostas esportivas. A Copa do Mundo praticamente passou a ser tratada como uma vitrine da indústria da jogatina. Mais do que um campeonato esportivo, transformou-se em uma oportunidade de exploração econômica sobre milhões de torcedores.

O impacto dessa lógica sobre o povo trabalhador é grave. São muitos os relatos de pessoas que comprometeram sua renda, perderam recursos e passaram a viver situações dramáticas. Tudo causado pela ilusão de ganho fácil, promovida pelas apostas. O futebol, que deveria ser espaço de alegria e convivência, passa a ser usado como ferramenta para alimentar um mercado que lucra com a vulnerabilidade das pessoas.

Por isso, esta Copa parece carregar uma marca contraditória: de um lado, a força do futebol; de outro, os interesses daqueles que tentam transformar o esporte em negócio e instrumento de poder.

É preciso também valorizar aquilo que mantém viva a essência do futebol: a resistência dentro de campo. Equipes com pouca visibilidade, sem os grandes holofotes da mídia, mostraram coragem, organização e talento.

Seleções como Cabo Verde, Egito, Irã, República Democrática do Congo e outras representam um futebol que desafia previsões e mostra que o esporte ainda pertence aos jogadores e aos povos. Em relação ao Irã, mais especificamente, foram várias as restrições

impostas por Trump, chegando ao cúmulo de permitir que a delegação iraniana permanecesse em território estadunidense apenas durante os jogos.

Racismo é gol contra

O terceiro ponto se refere às manifestações racistas. Desde ataques ao espanhol Lamine Yamal, passando pela agressão de uma senadora paraguaia contra o francês Kylian Mbappé, as redes sociais foram o meio utilizado para atacar jogadores de destaque.

A polêmica com Mbappé foi apenas um dentre diversos incidentes durante o torneio. Eles incluíram também: três jogadores holandeses que sofreram racismo na internet após perderem pênaltis contra o Marrocos, no mata-mata; um torcedor argentino que mandou um influenciador das redes sociais “ir chorar no zoológico”; um torcedor mexicano que pediu desculpas por fazer um gesto racista para um coreano; e torcedores do Egito e de Cabo Verde, que declararam terem sido alvo de cerveja e garrafas atiradas por torcedores argentinos. Algo que chamou a atenção foi o silêncio constrangedor por parte dos jogadores argentinos, sobretudo de Lionel Messi. Afinal de contas, tem se acumulado casos repetidos envolvendo torcedores argentinos nos campeonatos mundo afora. E o silêncio acaba virando permissão.

Apesar das tentativas do trumpismo, da FIFA e dos grandes interesses econômicos de controlar o esporte para seus próprios objetivos, o futebol continua resistindo.

Porque o verdadeiro futebol está na arquibancada, nas ruas, nos campos e na paixão de milhões de pessoas. E essa resistência continuará.



O COLAPSO AMBIENTAL: O EXTERMÍNIO DOS VULNERÁVEIS COMO PROJETO DE PODER

O capitalismo, em sua busca incessante por novas formas de exploração da natureza e da força de trabalho, ingressou em uma fase que altera irreversivelmente o destino do planeta. O colapso ambiental se manifesta em todas as frentes: o aumento do volume dos mares, impulsionado pelo derretimento das calotas polares, gera ressacas devastadoras, enquanto fenômenos como o El Niño intensificam ondas de calor extremo, ameaçando diretamente a classe trabalhadora, submetida a jornadas exaustivas.

A ideologia dominante, contudo, atribui as mudanças climáticas a escolhas individuais equivocadas, como banhos prolongados ou descarte inadequado de lixo. Os negacionistas, por sua vez, argumentam que o aquecimento global é um processo natural da Terra, marcado por variações térmicas ao longo de eras geológicas. No entanto, a industrialização acelerou esses processos de forma brutal. Em menos de 300 anos, o desmatamento para pastagens, a queima de combustíveis fósseis e a urbanização transformaram o mundo mais intensamente

do que todo o período anterior de ocupação humana. Desde a Revolução Neolítica, há cerca de 10 mil anos, não se via um salto qualitativo tão drástico na exploração da natureza. Cientistas denominam essa nova era de Antropoceno, embora oficialmente ainda estejamos no Holoceno, um período de estabilidade climática que vigorou nos últimos 11.700 anos.

O Antropoceno representa a era de dominação humana sobre o planeta e, simultaneamente, a consolidação da sub-humanidade. O filósofo Ailton Krenak utiliza esse conceito para designar os oprimidos pelo sistema capitalista — quilombolas, indígenas, caiçaras e ribeirinhos —, para quem o fim do mundo já ocorreu com as grandes navegações, quando europeus impuseram seu modo de vida ou a morte. O Antropoceno é o prenúncio do extermínio da fauna, da flora e da diversidade humana, sendo os sub-humanos as primeiras e mais evidentes vítimas, submetidos a etnocídio e genocídio.

O colapso ambiental é agravado por conflitos bélicos. Apesar de proibidas por convenções internacionais, armas químicas

como bombas de fósforo branco e termobáricas têm sido utilizadas, como no recente conflito em Gaza. O custo climático dessas guerras supera as emissões de carbono de mais de 100 países somados, evidenciando a dimensão global do problema.

Os oprimidos do capitalismo frente ao colapso ambiental

No Brasil, o discurso oficial de representatividade contrasta com a prática de convivência com o extermínio dos povos originais. Recentemente, a Câmara dos Deputados aprovou em regime de urgência um projeto que desmonta procedimentos de demarcação de terras indígenas, anulando a homologação de áreas como Morro dos Cavalos e Toldo Imbu, em Santa Catarina. No Maranhão, a pulverização aérea de agrotóxicos contaminou a água de 200 comunidades, enquanto a monocultura do eucalipto, expandida por corporações como a Suzano, devastou a fauna aquática em regiões próximas a Canaã e Palmeira. No Pará, o projeto de lei 2486/2026 reduz os limites da Floresta Nacional do Jamanxim, abrindo caminho para grilagem, desmatamento e conflitos agrários, nos quais os povos originários são as principais vítimas.

Não existe um planeta B, pelo menos não para os 90% de sub-humanos que enfrentam riscos cotidianos com desabamentos, enchentes, água contaminada e temperaturas extremas no trabalho e nos transportes. Enquanto isso, uma minoria bilionária investe em bunkers de alto luxo para assistir, como espectadores distantes, às guerras e aos efeitos do colapso ambiental. A mudança desse sistema, portanto, depende da ação organizada dos trabalhadores. Somente em uma sociedade socialista, pautada pelo bem comum, será possível mitigar os efeitos devastadores do Antropoceno e construir um futuro minimamente sustentável para a humanidade e para o planeta.



A RESTAURAÇÃO CAPITALISTA NA EX-URSS: 40 ANOS DA PERESTROIKA

Mikhail Gorbachev, na sua juventude, ingressou no Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Era a década de 50. Naquele período, a URSS passava pelo chamado processo de desestalinização, encabeçado pelo então secretário-geral Nikita Krushchev, que consistia em afastar a imagem da União Soviética da figura e dos crimes cometidos por Stálin, o secretário geral do PCUS de 1922 até o ano da sua morte, 1953. Tudo para manter as coisas do mesmo jeito: ausência de democracia operária, privilégios materiais dos burocratas e opressão sobre as nacionalidades. Gorbachev foi um entusiasta do processo de desestalinização.

Em 1985, ele seria eleito como o 7º secretário geral do PCUS, após a morte de Konstantin Chernenko. Sua política de reformas conhecida como Glasnost (do russo, “transparência”) visou tirar o controle do partido comunista sobre o Estado soviético. Para isso Gorbachev precisou focar em reformas econômicas na URSS, descentralizando as mesmas do controle do partido e introduzindo elementos de mercado na economia soviética. Esse movimento ficou conhecido como Perestroika (em russo, “reestruturação”).

As previsões de Trotsky sobre a URSS

O revolucionário bolchevique Leon Trotsky (expulso da URSS e depois assassinado a mando de Stálin) previu, 50 anos antes, que a burocracia soviética, por sua natureza contrarrevolucionária e pequeno burguesa, seria o agente da restauração capitalista na URSS. Trotsky combatia a teoria reacionária do “socialismo em um só país”, abraçada por Stálin,

que isolou a URSS dentro de uma economia capitalista mundial.

Para se mostrar confiável aos Estados imperialistas, Stálin teve responsabilidade na derrota de processos revolucionários como o da China (1925-27), da França (1936) e da Espanha (1936-39). Já na derrota histórica do proletariado alemão com a ascensão do nazismo (1933), sua linha ultra esquerdista foi determinante, traição depois ratificada no pacto de não agressão Ribbentrop-Molotov (1939), descumprido por Hitler com a invasão alemã a URSS em 1941.

Com o fim da Guerra Mundial e derrota do nazi-fascismo, a teoria do “socialismo em um só país” stalinista foi atualizada pela teoria da “coexistência pacífica” dos dois campos, traduzida nos Acordos de Yalta e Potsdam, já que a grande destruição de forças produtivas em escala mundial levou à formação de novos Estados no Leste Europeu de economias não capitalistas, sob influência soviética, justamente onde o capitalismo era mais frágil.

Para manutenção dessa convivência pacífica, Stálin contribuiu novamente na derrota dos revolucionários na Itália, na França e na Grécia. Também concordou com a criminoso divisão do proletariado alemão, fracionado em 2 Estados (Alemanha Ocidental e Oriental), com a criação do Estado de Israel na Palestina e não deu apoio irrestrito às revoluções chinesa e coreana para não melindrar os Estados Unidos e manter intactos os acordos de não proliferação da Revolução Mundial.

A estagnação da economia soviética e dos Estados satélites nos anos 80

Entretanto, ao longo de décadas, os limites e fronteiras do Estado nacional asfixiaram o

desenvolvimento da economia soviética e fizeram que a mesma tivesse uma grave estagnação caracterizada pelo controle burocratizado do Estado. O modelo sofria com a escassez crônica de bens de consumo, filas quilométricas, baixa produtividade agrícola e forte dependência das exportações de petróleo e ouro para manter divisas.

O governo soviético tinha que importar grandes quantidades de grãos do ocidente. Havia escassez de alimentos e, até, de sapatos. O mercado clandestino chegou a 10% do PIB soviético. Enquanto a classe trabalhadora padecia em longas filas ou no mercado clandestino, os gastos militares eram mantidos e ampliados para satisfação dos burocratas. Processos caóticos similares ocorriam nos demais Estados do Leste Europeu.

A transformação da economia soviética em economia de Mercado

A resposta da fração majoritária da burocracia a essa situação foi a Perestroika, Gorbachev aplicou medidas como a permissão para se criar e operar pequenas empresas privadas; legalizou os investimentos de empresas estrangeiras; deu autonomia empresarial para as empresas estatais, que passaram a visar o lucro; cortou subsídios governamentais; reduziu o orçamento militar e retirou as tropas soviéticas do Afeganistão.

Pelos grandes serviços prestados ao Capital, Gorbachev ganhou o prêmio Nobel da Paz de 1990. Ele ajudou a criar as bases materiais na URSS para que os burocratas do partido e do Estado transformasse o seu poder político em poder econômico. Surgiram os novos magnatas e oligarcas da Rússia capitalista moderna.